



## Gestos que geram consequências graves

*Humberto Dantas \**

Em junho de 2019 escrevemos algo nesse espaço que parece se configurar de maneira clara nas últimas semanas. Dizíamos que as principais características do governo de Jair Bolsonaro eram os conflitos com parcelas da sociedade e os conflitos internos entre grupos que lhe davam sustentação na formação de um gabinete diversificado e pouco unido. Não é novidade alguma falar em alas concorrentes em governos. Em tempos recentes é fácil se recordar do grupo de Antônio Palocci e do time de José Dirceu no início do governo Lula. Com Dilma Rousseff não foi diferente, e tivemos o time de Joaquim Levy contra aquele de Alexandre Tombini. Mas aqui as brigas são absolutamente escancaradas, sendo as redes sociais um verdadeiro ringue de acusações, ameaças, xingamentos e ofensas. Chega-se a dizer que a oposição sequer consegue espaço na mídia, tamanha a capacidade de o governo criar contra si os mais diferentes fatos e fenômenos. Dizia o texto de pouco menos de um ano atrás:

O governo federal é um governo DE conflito e EM conflito. Essas duas características são relevantes para a compreensão do que temos pela frente no Brasil. Bolsonaro sempre foi um parlamentar de posições extremas e intensas. Sua entrada em reuniões, salas e conversas de seu partido de origem eleitoral – o Partido Progressista – sempre foi marcada por força. Colegas relatam que sua intensidade demonstrava um nível de intolerância preocupante. (...) Jair Bolsonaro fragmentou seu governo em partes, e tais segmentos estão em combates internos e entre si. Tratarei de mostrar que cinco grupos são esses, mas é fato que esse é também um governo EM conflito. Ministros já foram demitidos em quantidade recorde para o período. O partido no poder tem severas dificuldades de se compreender. Seus membros se atacam pelas redes sociais e logo viram notícia. (Brasil em Foco, junho de 2019)

Importante lembrar aqui que o presidente, em junho do ano passado, ainda estava no PSL, e interessante buscar compreender como conseguiu ficar cerca de 20 anos no Progressistas. Os conflitos internos e externos em relação ao governo são a base aparentemente ideal para a compreensão do que vivemos em oito dias, entre 16 e 24 de abril, com duas baixas no primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios. Primeiro foi Luiz Henrique Mandetta, titular da saúde, elogiado pelo bom trabalho que fez na pasta, mas também por defender questões absolutamente óbvias: o isolamento social, a ciência e a existência do covid-19. Não escrevi errado: há quem aconselhe o presidente da República e repita que a pandemia não existe, ou que se trata de uma invenção chinesa para implementar o comunismo no planeta. Se o nível é esse, a colisão não parecia ser algo inesperado. Mandetta, para além de contrariar parte do que Bolsonaro desejava, sobretudo quando o presidente afirmou que a doença era apenas uma “gripezinha”, não aceitava a tese absurda de que saúde e economia, nesse caso, são adversários, ou escolhas. Um médico não esteve à disposição do discurso de que se enfrentamos uma guerra, alguns mortos certamente serão deixados pelo caminho. Aqui a narrativa de soldado não encantou aquele que afirmou que “médico não abandona paciente”. Às vésperas de sua queda enfrentou também a vaidade de Bolsonaro, e ao aparecer em live de cantor sertanejo pedindo cuidados com a doença e em longa entrevista para o programa Fantástico, da TV Globo, teria de vez sentenciado a sua própria demissão. Foi o que ocorreu, a despeito de a opinião pública e alguns grupos mais moderados dentro do Planalto desaconselharem Bolsonaro.

Com Sergio Moro foi mais grave. Primeiro porque um dos “cinco grupos” citados no texto de junho de 2019 era justamente composto pelo superministério da justiça e segurança pública que esteve nas mãos daquele que para parcelas da sociedade é um ícone do combate à



corrupção no Brasil. O aceite de Moro para ocupar tal pasta, poucos dias após a vitória de Bolsonaro nas urnas em 2018, trouxe uma dupla sensação aos analistas mais atentos. A primeira de sucesso do presidente, que colocava ao seu lado uma figura absolutamente estratégica em seu discurso de honestidade e antipetismo. A segunda de forte ameaça, pois trazia para dentro do governo alguém que nunca poderia demitir e que tinha uma estrela perante a opinião pública com brilho próprio e por vezes mais intensa que o próprio titular maior do Planalto. A saída de Moro do poder escancara o caráter egocêntrico de Bolsonaro, assim como o do próprio ex-ministro. Metaforicamente mostra que num mesmo time dois craques que adoram ostentar a camisa 10 não podem jogar juntos, restando saber se são efetivamente tão bons assim.

Moro se apagou no Poder Executivo. Tímido, mal articulado e boicotado não foi adiante em seus planos. Depois de mais de 20 anos de magistratura sua capacidade de operar nas articulações institucionais do Judiciário não se repetiram no universo infinitamente mais sutil e, ao mesmo tempo mais intenso, da política. Suas agendas não caminharam no Congresso Nacional, onde a classe política não estava disposta a lançar luz sobre um potencial político para as eleições de 2022. Pela mesma razão nunca foi defendido, tampouco defendeu arduamente, o chefe Bolsonaro. No poder, Moro teve que flexibilizar sua visão de corrupção, convivendo com figuras assumidamente praticantes de ilícitos no próprio time de ministros, caso clássico de Onyx Lorenzoni. Por fim, precisou coabitar o espaço da família Bolsonaro, absolutamente suspeita de envolvimento em escândalos relacionados ao universo da fakenews e de esquemas criminosos atrelados a assessores envolvidos com milicianos, enriquecimento ilícito, “rachadinhas” e tantos outros aspectos a serem desvendados. O que restaria a Moro? Quais eram as suas intensões ao permanecer no poder?

O ex-ministro foi acusado de estar no aguardo de uma vaga no STF, e de um possível acerto com o presidente para a ocupação de tal espaço. Também é visto como candidato em 2022 – há quem diga que dia 24 de abril morreu um ministro, e nasceu um candidato, mas isso é ansioso, precipitado e pouco cuidadoso. O fato é que Moro tinha um acordo de livres nomeações em sua pasta que foi quebrado por Bolsonaro. Ao pedir demissão, o fez na esteira de uma troca estratégica, e truculenta por parte do Planalto, em sua equipe. E

deixando o caráter tímido e mais fechado de lado, saiu do governo atirando. Acusou, calmamente em pronunciamento para a imprensa, que Bolsonaro visava a utilizar a Polícia Federal como órgão de governo, e não de Estado, sugerindo proteção a questões pessoais e familiares, e rompendo o acordo feito em outrora. Mais de seis horas depois o presidente reuniu ministros a lhe escoltarem e em coletiva de cinquenta minutos, sob um discurso absolutamente atordoado, onde falou da vida sexual do filho, dos ilícitos da família de sua esposa e de tantos outros temas descolados da realidade, mostrou sua indignação com o antigo subordinado. Bolsonaro sentiu o golpe e saiu enfraquecido e acusado. Moro terá que se explicar e provar o que disse.

Nitidamente a tese do conflito se encaixa ao instante. As brigas internas racharam o governo, assim como as discussões e repercussões posteriores às duas demissões mostraram a dimensão gigante da guerra de narrativas no poder. Uma das cinco bases do governo está rompida, e não há nada que mostre que o desgaste criado em meio a um instante de severa crise pandêmica, econômica e, no caso brasileiro, política, não sirva de combustível para algo que parece ruir – o governo de mais um presidente brasileiro.

\* Doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.

*As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.*